

Estados tentam acordo para rolar sua dívida

O Governo Federal e os Estados estão próximos de fechar um acordo que permitirá a aprovação, na Câmara dos Deputados, de projeto de lei que especificará as normas de refinanciamento da dívida global de US\$ 18 bilhões (Cr\$ 670 trilhões) que estes têm com a União. Este foi o sentimento predominante ao final de reunião realizada ontem entre o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e os secretários de Fazenda dos maiores Estados devedores.

Participaram também do encontro o relator do projeto de lei, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), o presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes, e o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal Filho. Estiveram presentes ainda o presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Danilo de Castro. Estas duas instituições concentram a maior parte das dívidas não mobiliárias mantidas pelos Estados.

O projeto de rolagem da dívida dos Estados foi enviado à Câmara em fevereiro. Desde então, Rigotto manteve dez reuniões com representantes dos Estados e Governo

Federal para discutir a elaboração de um projeto substitutivo que seja fruto de um amplo acordo. Desta maneira, a matéria poderá tramitar mais rapidamente pelo Congresso.

Neste período, vários itens foram acertados. Restam ainda quatro pontos com discussões ainda em aberto e que tomaram a maior parte da reunião de ontem: limite de comprometimento das receitas líquidas dos Estados com a amortização da dívida; data de consolidação das dívidas; definição de critérios de refinanciamento da dívida mobiliária dos Estados em documento à parte (o assunto não é abordado pelo projeto) e tratamento diferenciado para os Estados adimplentes junto à União.

A União propôs em seu projeto que sejam renegociados os débitos contratuais consolidados em 31 de janeiro de 1993. Os Estados querem que a consolidação ocorra o mais próximo possível da data de assinatura do contrato de refinanciamento, ou no mínimo em 31 de maio. Os Estados desejam comprometer apenas 7% da sua receita líquida disponível na amortização das suas dívidas junto à União. Já o Governo Federal quer que este limite seja de 11% no primeiro ano de pagamento e de 15% a partir do segundo.

CELULARES \$ 430

TODAS AS MARCAS,
GARANTIDOS, HABILITADOS,
LOJA FONY. 349-2552